

SERTÃO E CULTURA SERTANEJA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO BRASIL CENTRAL

Hélio Barbosa Feliciano Alves¹

Nesse trabalho, propomos a desenvolver uma análise da formação sócio-cultural de Goiás no decorrer da segunda metade do século XVIII, enfocando a questão da constituição da sociedade sertaneja que se sobrepôs à sociedade mineradora. Neste contexto procuramos atentar para a dinâmica social dos indivíduos partícipes da ocupação do território das minas dos Goyazes.

Observa-se o encontro dos diferentes pelas suas diferenças de temporalidade histórica, marcado pelo conflito intermitente entre as diversas etnias, estabelecidas no interior do Brasil e grupos de indivíduos vindos de todas as partes da colônia e metrópole, juntamente com um sem número de africanos escravizados.

Neste lento e gradual processo de formação da sociedade sertaneja, observa-se uma nova maneira de relacionamento do indivíduo com o tempo e o espaço que o cerca. É neste momento de transformação que vislumbramos o sertanejo como protagonista das relações sócio-culturais a partir das últimas décadas do século XVIII em Goiás. Compreender esse processo de formação da cultura sertaneja, mudando o referencial de análise, nos possibilita a desmistificação da decadência em Goiás, e nos permite entender historicamente o processo de transição da sociedade mineradora para a sociedade sertaneja, destacando as suas especificidades e particularidades.

Neste sentido, concebemos uma imagem de sertão como instrumento aglutinador que caracteriza o seu agente social, numa identidade imaginada e coletiva. Compreender esse processo de formação cultural nos permite entender historicamente, de que forma o imaginário de uma coletividade proporciona a esses, uma identidade que condiciona sua própria existência.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás e professor da mesma Instituição. Pós-graduado em História Cultural e Educação pela Universidade Católica de Goiás, mestrando do curso Poder e Cultura na mesma Instituição. Email: helio-bf@hotmail.com

O tempo pensado enquanto, elemento preponderante da construção histórica de uma determinada sociedade nos apresenta como um importante fator de compreensão da cultura de povos diverso. O tempo e sua divisão, embora baseados em fenômenos da natureza, são interpretações humanas mediante interesses e preocupações próprias. Ou seja, a divisão foi pré-estabelecida em algum momento e perpassada a uma coletividade que o aceita e o impõe a outros.

É por meio deste que vislumbramos e ordenamos as mudanças que ocorrem no modo de viver das sociedades: umas mais rapidamente, outras um tanto quanto mais lentamente. Dessa maneira o tempo enquanto representação histórica de definição dos aspectos sócio-culturais de determinado povo não é o mesmo, pois ele expressa os ritmos de viver e de se organizar dos diferentes grupos sociais.

A maneira de compreensão do mundo sertanejo por seu agente social, expressa-se na narrativa histórica de sua existência, marcada por uma memória imaginada dentro de uma coletividade de experiências passadas, que garante sua permanência no presente. Jorn Rüsen em sua obra *Razão História* demonstra que essa premissa garante ao indivíduo uma identidade expressa no reconhecimento histórico de sua existência enquanto pertencente a um grupo social determinado.

Sentido histórico na relação com o mundo significa uma representação da evolução temporal do mundo humano tanto baseada na experiência quanto orientadora do agir. Também na relação do homem com si mesmo, o tempo é interpretado em consecução, de modo que seja alcançado um mínimo de consistência do “eu”: a *Identidade Histórica* (RÜSEN, 2001, p. 23).

O espaço se expressa no resultado contínuo das relações de produção do homem e o processo de transformação da natureza. Compreender o espaço é interpretar o modo pelo qual o indivíduo utiliza-se dos recursos naturais disponíveis, para que possa conceber sua própria existência. Neste sentido o espaço se transforma em elemento de criação do homem em conjunto com outros homens, de maneira que este, juntamente com as relações temporais, passa a ser preponderante na formação sócio-cultural de determinado povo, inserido num contexto histórico próprio. Isto se dá porque os agentes sociais estabelecem suas relações de produção, com especificidades próprias,

abarcando-os num conjunto de elementos comuns que os identificam como pertencentes a um mesmo contexto social.

Com o lento e gradual processo de substituição da exploração mineral pela agropecuária, na capitania de Goiás, durante a metade do século XVIII, sendo essa a solução plausível para suprir as necessidades da população que se ratifica na região, os fatores de transformação do espaço e sua relação com o processo de produção, altera-se bastante. O sertanejo percebe o espaço e se adapta a ele, retirando deste o seu sustento mediante técnicas e meios de trabalho que serão comuns a todos os partícipes do processo de formação sócio-cultural desta região. Nessa óptica, Milton Santos, afirma que: “Por seus próprios ritmos e formas, a produção impõe formas e ritmos à vida dos homens, ritmos diários, estacionais, anuais, pelo simples fato de ser a produção indispensável à sobrevivência do grupo” (SANTOS, 2002, p. 202).

Nesse sentido compreender a forma pela qual o sertanejo concebe sua produção e se relaciona culturalmente com tempo e espaço, nos permite questionar a visão daqueles, que relataram a preguiça e o ócio, como algo perpetuado na essência da sociedade goiana na virada do século XVIII para o XIX e perceber a existência de uma interpretação equivocada do contexto sócio-econômico em Goiás e principalmente, vislumbrar uma inversão do ponto de referencia estabelecido pelos viajantes europeus, no que diz respeito ao conceito de modernidade e desenvolvimento, em uma região que se encontrava num processo inicial de formação sócio-cultural, procurando refutar a idéia de que “os relatos deixavam implícito que Goiás precisava de mão-de-obra produtiva de trabalho livre, de substituição do ócio pelo negócio” (CHAUL, 1999, p. 35).

Esses viajantes foram incapazes de estabelecer parâmetros de análises que pudessem enxergar Goiás como uma região que, no momento em que visitavam a província, esta acabara de passar por um processo de formação sócio-cultural, que englobava uma série de fatores, inclusive econômicos, e que estava inserido num tempo histórico totalmente diverso do europeu. Viam Goiás aos olhos dos relatos de indivíduos que imaginavam um passado de fausto e riquezas em oposição à situação de dificuldades a qual se encontravam.

Institucionalidade e Aculturação

Ao realizarmos os estudos inerentes à ocupação de Goiás, anterior ao século XVIII, devemos observar que se trata de uma região praticamente desprovida de qualquer participação no cenário político, econômico e social europeu.

As primeiras incursões ao sertão dos goyazes estavam muito mais relacionadas à necessidade de mão-de-obra e tráfico de cativos indígenas, por parte dos paulistas dentro dos parâmetros econômicos regionalizados do que propriamente uma política econômica de uma estrutura globalizada voltada para a exportação.

Neste contexto, podemos observar que o encontro entre agentes sociais totalmente distintos durante o século XVIII, se dá conforme o surgimento de uma nova fronteira econômica. Fronteira essa trabalhada por José de Souza Martins como sendo o “estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas” (MARTINS, 1997, p. 147).

Neste local de lutas e conflitos sociais, podemos vislumbrar a necessidade, por parte do colonizador, em estabelecer uma relação de domínio e jugo, sobre os primeiros habitantes, inserindo-os num contexto adverso ao seu, de modo que a exploração das riquezas naturais da região agregue-os numa macro estrutura econômica, tendo nos metais e pedras preciosas a fonte única de geração de riqueza. Porém, essa concepção burguesa de acúmulo de capital e exploração das relações de trabalho, empreguinadas no espírito do homem civilizado europeu no século XVIII, vai de encontro direto à concepção imediata das civilizações pré-coloniais, tão bem trabalhadas por José de Souza Martins:

A primeira vista é o lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como o índio de um lado e os civilizados de outro [...] Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de tempo e realidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 1997, pp. 150-151).

Nestas relações de poder, conquista e luta pela sobrevivência, em um mundo agora hostil, tanto para os europeus e paulistas, acompanhados por um sem número de escravos negros, quanto para os nativos da região. Formar-se-á uma frente de expansão.

Frente esta embasada nas relações inter-pessoais de diversos grupos étnicos distintos, e com um mundo totalmente novo para todos.

O antagonismo entre os diferentes agentes sociais, acaba por gerar uma onda de violência nos sertões goianos, tornando-se essa, a tônica da ocupação territorial em Goiás.

A falta de uma legislação e fiscalização das novas regiões a serem exploradas, vão corroborar para que se formem rincões de violência nas minas dos Goyazes.

Carla M. J. Anastásia, alerta-nos sobre a concepção errônea de alguns analistas da realidade das minas do século XVIII. “Nas áreas mineradoras, acreditavam que tumultos, desordens, motins, descaminhos, contrabando, assassinatos e roubos, eram resultado da má qualidade dos povos que haviam se dirigido para as minas” (ANASTÁSIA, 2005, p. 14).

Devemos compreender que as relações de dominação e exploração do colonizador em relação aos escravos negros e a luta destes contra a subordinação; ou a defesa de seus territórios, por parte dos grupos étnicos pré-coloniais, contra a invasão da empresa mineradora e abertura de fazendas para a produção agrícola e pecuária, geraram uma série de conflitos.

A ausência quase total do estado, de modo a respaldar os interesses sociais das regiões mineiradoras, no início do século XVIII, aliada a cobiça do minerador, transformara essas, num palco de arbitrariedades, assassinios e outras formas de violência.

Quanto maior a autonomia e/ou ausência de autoridade, é menor o grau de institucionalização política e maior era a possibilidade de generalização de atos de violência nessas áreas que serão tratadas como zonas de *non-droit*, [...], ou seja, zonas na qual a arbitrariedade era a regra, em que os direitos costumares e a justiça, não eram reconhecidos pelos atores sociais, fossem autoridades, fossem vassalos, escravos ou forros (ANASTÁSIA, 2005, p. 23).

Goiás, no século XVIII, era por essência uma zona *non-droit*. Terra de aventureiros embriagados pelos sonhos fantásticos de riqueza e opulência, sempre em busca de seu próprio “El Dourado”, vivendo um dia após o outro se defrontando com civilizações indígenas hostis, animais ferozes e uma geografia única, um misto de cerras e chapadões, que por muitas vezes, serviu-lhe de calvário, diante das asperezas. Sua cobiça tinha a proporção de sua violência. Mercenários em busca de vantagens, utilizando-as como pretexto para cometer as mais selvagens barbáries.

Um desses célebres mercenário camuflado com o título de sertanejo ou bandeirante, era Antonio Pires de Campos, filho do bandeirante Manuel de Campos Bicudo; juntamente com seus Bororos, empreendeu violentos conflitos contra os Kaiapós, entre os anos de 1743 e 1744, na região sudoeste de Goiás, principalmente no vale dos rios Claro e Pilões. “Foi no governo D. Luiz que os Kaiapós continuaram suas tropelias no sul, atacando as monções e impedindo o trabalho nas minas. D. Luiz mandou contra eles, Antônio Pires de Campos” (BRASIL, 1982, p. 48).

Outro bravo perseguidor dos Kaiapós foi o cabo Victor Antônio que assim é descrito por Colemar Natal e Silva: “O cabo Victor Antônio foi tão valente quanto cruel [...], pois tendo atacado duas grandes aldeias, praticou a mais feia carnagem, sem mesmo perdoar aos que se rendiam, implorando a vida” (SILVA, 2002, p. 211).

Como podemos analisar, os Kaiapós do sul, foram personagens principais da violência, ora como vítimas, ora como autores. Nada mais natural dentro do contexto cultural deles, de revidar os ataques de seus opressores, que invadiam e tomavam suas terras.

A máxima de que “violência gera violência”, aqui é posta a prova. O Kaiapó cai sobre o homem branco tão feroz como os que os querem conquistar, se tornando tão violentos como cruéis. Os trechos retirados da carta de D. Marcos de Noronha ao rei de Portugal datado de 27 de janeiro de 1750, constatam a violência dos ataques Kaiapó contra os colonizadores:

Em oito de janeiro de 1750, me representaram o intendente e administrador do contrato dos diamantes do Rio Claro, que nas vizinhanças daquele arraial tinha aparecido o gentio Kaiapó, e que no dia cinco do mesmo mês, tinha morto um negro e ao soldado aventureiro Francisco da Cruz, e que também tinha flechado o soldado dragão Antônio Ferraz Passos, os quais se achavam de guarda ao mesmo rio, junto à passagem do Cuiabá, que fica distante doze léguas do mesmo arraial (REVISTA DO A.H.E., 1985, pp. 19-20).

Ainda na mesma carta D. Marcus de Noronha denuncia:

Sem [ilegível] deste destroço passado mais de seis meses tornou-se o gentio Kaiapó as vizinhanças do Rio Claro e junto ao mesmo distrito da passagem do Cuiabá encontrando nele aos doze de junho do mesmo ano com Antônio de Almeida Falcão que vinha de viagem de Cuiabá, lhe deram uma flechada, e como ainda depois de obedecer, se pode defender com as armas que trazia e matar dois dos gentios [...] Porém, ele poucos dias depois de chegar ao Rio Claro morreu também da mesma ferida (REVISTA DA A.H.E., 1985, pp. 19-20).

Deste modo o índio se torna agente histórico praticante de violência, assim como o branco e o negro o foram. Neste contexto os Kaiapós tem papel preponderante como nos relata C. N e Silva:

Uma vez retornados ao sul de Goiás, (os Kaiapós) recomeçaram com maior crueldade e fúria seus ataques, depredando, devastando, saqueando e queimando fazendas, paióis, casas e comboios, não poupando os mais pacíficos moradores (SILVA, 2002, pp. 210-211).

Como observamos os sertões goianos podem ser reconhecidos como zona *non-droit*, onde as diferentes perspectivas de mundo se confrontam, gerando uma instabilidade social, incluindo aí o negro, que por muitas vezes, era o autor ou co-autor dos atos de violência. Seguindo ordens de indivíduos mais abastados ou lutando contra a opressão da escravidão, foram agentes incontestes de propagação da violência, tão bem expresso por Carla M. J. Anastásia: “A ameaça da hostilidade dos escravos aumenta com a importação dos cativos com as manumissões que não permitiam aos forros um status social correspondente ao seu novo estado legal” (ANASTÁSIA, 2005, p. 16).

Negros cativos ou forros despejavam todo o seu ódio, contra uma sociedade dominada pelos senhores brancos, conferindo-lhes os mesmos atos de violência pelos quais foi submetido, como descreve Palacin, sobre uma conspiração dos negros contra todos os brancos do arraial de Pilar: “O caso mais perigoso nestes anos, foi à conjuração dos negros de Pilar, escravos e carambolas, para assassinar toda a população branca, aproveitando o bulício das festas de Pentecostes” (PALACIN, 2001, p. 87).

Os quilombos foram palcos de um sem número de atrocidades, sendo este um dos recursos dos negros contra a exploração do trabalho escravo e da brutalidade de uma vida que não o competia. Muitas vezes caçados e violentamente reprimidos por bandos chefiados por sertanejos, também foram vítimas, talvez mais intensamente do que qualquer outro povo. “O bárbaro ato de Bartolomeu Bueno de Prado que em ‘guerra contra esta canalha’ assaltou os quilombos no caminho de São Paulo a Goiás, retornando com 3.900 pares de orelhas” (PALACIN, 2001, p. 89).

Como observamos estas zonas *non-droit*, são locais onde a violência e as tiranias foram uma regra, praticamente natural. O choque de concepções, a disputa pelas posses das terras ricas em metais e pedras preciosas e a colonização forçada, geram conflitos que desestabilizam as sociedades inseridas neste contexto, havendo assim a necessidade

de reorganização da região e a formação de uma estrutura governamental erigida mediante desajuste social causado pelo choque de tão diversificadas culturas.

A primeira medida tomada pela coroa Portuguesa de modo a legitimar a exploração das minas dos Goyazes, foi a nomeação de Bartolomeu Bueno da Silva (Filho), como superintendente das minas e mais tarde coronel das ordenanças e capitão-mor de Vila Boa, como nos atesta Alencastre. Além disso, organizou o sistema de tributação baseado na quinta parte da produção aurífera, entre outros impostos, como o dízimo que era remetido para a Igreja Católica, 10% da produção agrícola da capitania.

Inabilidade como gestor e um sistema de poder familiar proposto por Bueno, acabam por gerar desavenças, que se tornarão sérios conflitos, configurando-se numa revolta desencadeada no descoberto de Meia-Ponte, liderado pelo seu antigo companheiro Manuel Rodrigues Tomás.

Para tentar sanar as disputas pelo poder nas minas e diminuir a influência de Bueno, o Conde de Sarzedas, governador de São Paulo, divide as minas em dois distritos: os de Sant'Ana e o de Meia-Ponte. Bueno perde a influência com a nomeação do ouvidor-mor de São Paulo, Sr. Gregório Dias da Silva, como superintendente das minas, ficando Bueno com o cargo de capitão-mor.

O continuísmo dos distúrbios, a grande extensão das fronteiras de Goiás, as dificuldades dos meios de comunicação e o acentuado grau de contrabandismo, levam a Coroa Portuguesa a formular uma nova tributação para Goiás, instalando a capitação a partir de 1736, causando o primeiro rompimento entre o norte e o sul de Goiás, devido à disparidade de valores por rendimento das datas exploradas no norte, onde os novos descobertos elevavam a extração por negro a sete oitavas e três quartos, enquanto o sul pagaria o mesmo que Minas Gerais, quatro oitavas e três quartos, por negro. Ainda contra o contrabando o Conde de Sarzedas proíbe a circulação pelos caminhos novos, sendo permitido à vinda para Goiás somente pelo caminho de São Paulo a Cuiabá.

Ainda em 1736 o Arraial Sant'Ana torna-se Vila Boa; inicia-se o processo de criação da Capitania de Goiás, que se tornará independente somente com o alvará de oito de novembro de 1744, desmembrando-se de São Paulo, entretanto o primeiro governador de Goiás, D. Marcus de Noronha (Conde dos Arcos) só chega a Vila Boa em 06 de novembro de 1749.

Com a abolição da capitação em 03 de dezembro de 1750, publicada em Goiás em 11 de abril de 1751, há a necessidade de construção de casas de fundição na própria capitania, como mais uma estratégia da coroa para diminuir o contrabando, devido à precariedade dos caminhos e a dificuldade de quitação do ouro. A casa de fundição de Vila Boa entra em funcionamento, no final do ano de 1751.

A relação Estado/Sociedade, inerente à necessidade prevista pela Coroa Portuguesa, se faz presente nas instituições públicas em Goiás no século XVIII e a legislação imposta por essas. O convívio social das diferentes etnias, respaldada por leis impostas num processo de colonização forçado, gerador de conflitos, resultará no que Denys Cuche chama de “aculturação”, tão bem expressa por Melville Herskovits como sendo: “O conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou dois grupos” (HERSKOVITS *apud* CUCHE, 2002, p. 115).

Devemos compreender que o fenômeno de aculturação descrito, não se apresenta de forma negativa ou positiva nesta pesquisa, e sim com um fenômeno de convívio por um motivo ou por outro, das diversas manifestações culturais presentes nas sociedades conflitantes em Goiás no século XVIII. O prefixo *ad*, neste caso, representa um movimento de aproximação, fusão entre duas partes pertencentes a um todo totalmente novo. Cuche reflete sobre a formação cultural a partir de diferentes estruturas de relações sociais que se integram, formando uma nova roupagem para as relações intra-sociais.

O processo de que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda a cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução (CUCHE, 2002, p. 137).

Seria um erro admitir que os elementos culturais de uma classe social dominante prevalecem sobre os elementos da classe social dominada. Apesar de uma aparente sobrepujança por parte das manifestações culturais das elites sociais, esta recebe uma carga de influência das demais manifestações culturais, inerentes às etnias em conflito, se reestruturando, surgindo assim novas formas de manifestações culturais. “Percebe-se que hierarquias sociais determinam as hierarquias culturais, o que não significa que a

cultura do grupo dominante determina o caráter das culturas dos grupos socialmente dominados” (CUCHE, 2002, p. 14).

Essa é a tônica da colonização e formação sócio-cultural em Goiás no século XVIII: abertura de uma nova fronteira econômica, formação de uma frente de expansão, relações de extrema violência entre os agentes sociais inerentes a época, surgimento da necessidade de institucionalização e estabilidade social e por fim o surgimento de novas manifestações culturais relativas ao convívio das diversas sociedades conflitantes. Essas são as bases para a formação do agente histórico dos sertões goianos, personificado no sertanejo, povoador e desbravador de Goiás.

O Homem do Sertão dos Goyazes e a Identidade Sertaneja

Ao nos remetermos à compreensão da identidade do sertanejo goiano do final do século XVIII, devemos, num primeiro momento, tentar compreender aquilo que em sua essência condiciona a sua existência. Diante desta problemática, percebe-se a necessidade de situar espacialmente e temporalmente a categoria de sertão. Este, enquanto conceito nos apresenta como algo mítico e concreto, ora presente ora ausente, camuflado por uma subjetividade única que permite ao pesquisador deste, construir sua própria concepção do termo a partir da diversidade de enfoques e olhares que permeiam sua definição.

É neste contexto de paradigmas e dicotomias que procuraremos discutir a categoria de sertão a partir de indagações e questionamentos, que nos proporciona um maior entendimento deste. Onde podemos reconhecer este sertão? Que olhares incidem sob este sertão? O que é o sertão? São algumas das questões que dialeticamente serão discutidas de maneira a elucidar um conceito ao mesmo tempo concreto e subjetivo.

As respostas aos questionamentos acima descritos, muitas vezes, nos obrigam a procurar por entre caminhos pouco ortodoxos. Porém, trabalhar com conceitos de tal subjetividade como a categoria de sertão, deve-se levar em conta o máximo de pontos de vistas possíveis.

Diante desta proposta, entrevistamos alguns indivíduos que, de uma forma ou de outra, estejam ligados ao sertão, estando este presente no cotidiano ou imaginário das pessoas em questão.

Interrogado o Senhor José Barbosa de Amorim de 82 anos, lavrador e um dos pioneiros da Cidade de Fazenda Nova - Go, sobre o que é o sertão, respondeu: “Olha meu filho, sertão é o lugar onde a gente entra só se for abrindo picada, onde tem bicho, muito bicho pra gente caçar”.

Para o Administrador Rafael Barbosa Feliciano Alves de 21 anos, caçador e praticante da pesca esportiva, o sertão é “o interior do nordeste onde tem muita fome e miséria”.

Outro entrevistado, o Senhor Hélio Jacinto Feliciano Alves de 58 anos, pecuarista, a visão de sertão é “ora o paraíso terreno de belezas naturais ora o inferno verde das mazelas de dificuldades de sobrevivência”.

Esses depoimentos baseados em um senso comum, desprovidos do olhar crítico e observador do pesquisador vem nos revelar um pouco sobre a definição do que chamamos de sertão e apesar do recorte temporal um tanto quanto deslocado, podemos fazer uma analogia à concepção do sertanejo em Goiás no século XVIII.

No primeiro caso observamos que a definição de sertão baseia-se na ausência de civilização; um mundo de natureza rústica e selvagem, o encontro do homem civilizado com as possibilidades de transformação de um ambiente ainda intocado. Mireya Suárez, analisando a obra “Grande Sertão: Veredas” de Guimarães Rosa publica um artigo no qual ela concebe o sertão como: “Simplesmente o mundo, em qualquer tempo e espaço, sempre perigoso [...] O sertão acontece num passado muito próximo, está situado num espaço preciso e é um mundo particular de pastagens e rebanhos, à margem da civilização” (SUÁREZ, 1998, p.32).

No segundo depoimento observamos que o sertão caracteriza o outro, o distante, a oposição ou falta do lar. Algo que não está presente na realidade de quem o define. O depoente utiliza-se, por base, as divisões físicas da geografia nordestina – litoral zona da mata, agreste e sertão – para definir uma realidade que não é a sua, um local de fome e mazelas que este recusa como parte de seu viver: “Dizer que nada havia no sertão também significa, portanto, que nele não estava a casa” (SUÁREZ, 1998, p. 31).

No último depoimento, percebemos que a visão de paraíso é concebida a partir do indivíduo que, ou, originário do sertão, o abandona, ou aquele que vislumbra as possibilidades de uma vida melhor e possível ascensão social e, diante deste, se depara com a rusticidade, precariedade e aspereza de um mundo hostil. Dificuldades estas, que

faz do sertanejo um forte, adaptado às mazelas de uma vida cheia de privações e infortúnios. Mireya Suárez, analisando “Os sertões” de Euclides da Cunha, afirma: “A literatura de ficção também descrevia o caráter dos sertanejos através da marcação de ausências e presença: faltava a eles civilização, existia neles força e coragem” (SUÁREZ, 1998, p. 33).

Como podemos observar o sertão abrange uma pluralidade de significados que o define. A ausência de civilização, o sertão como algo distante do lar e busca da sobrevivência em mundo de dificuldades, estava presente no sertanejo em Goiás no final do século XVIII. Porém, este não define o sertão enquanto categoria, e sim o contrário. O sertão é um meio pelo qual o sertanejo ratifica sua existência e concebe sua estrutura sócio-cultural.

O termo sertão condensa uma pluralidade de significados, um entremeado de imagens fugidas e associações apenas entrevistas de modo que, à semelhança, digamos do hau dos maoris, trata-se menos de uma coisa sobre o qual o nativo pensa do que de uma coisa através da qual ele pensa (SENA, 1998, p. 22).

É esse o local o qual denominaremos de “regiões de cultura”. Regiões estas, onde o isolamento e a ausência de um Estado atuante há de nos revelar seu agente social em sua plenitude. O sertanejo concebido a partir de um local específico, com seus códigos, símbolos construídos e propagados a partir do encontro dos diferentes e seu remanejamento mediante a busca de um maior equilíbrio social, localizados no espaço e tempo definidos e únicos: “E é aí, no encontro com o sertanejo, que lhe assalta o reconhecimento de que o sertão, mais que um lugar geográfico, está referido a uma forma de organização social específica, a um modo de vida característico [...]” (SENA, 1998, p. 23).

O sertanejo como participante do processo de colonização e exploração mineral na capitania de Goiás, condicionado a uma micro-economia de “abastança” nos dizeres de Paulo Bertran, responsável direto pela produção de víveres que davam suporte para a empreitada da mineração durante o século XVIII, desenvolve, mediante um processo de autoconsciência, determinadas práticas sociais estabelecidas segundo adaptação ao meio cujo este se insere atrelada à memória coletiva de indivíduos que se identificam num contexto sócio-cultural comum e ordenado.

Esse processo de ordenação elabora um repertório comum de vivências no qual nos reconhecemos como partícipes de comunidades imaginadas que abrigam as singularidades do vivido, filtrando-lhes à diversidade em nome de uma comunidade de afetos e de poder que constitui a ação (SANDES, 2002, p. 17).

Devemos perceber que durante a formação das regiões de cultura, estabelece-se uma série de relações sociais pautadas numa coletividade que os agrega. Desse modo a memória passa a ser o elemento aglutinador dos agentes sociais, pensados unicamente em um conjunto de signos e símbolos comuns e em consonância com os demais indivíduos participantes localizados num espaço e tempo específico.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Deste modo à memória só poderia ser concebida, enquanto elemento aglutinador, se for pensada dentro de uma coletividade identitária, se transformando em elemento essencial na formação de regiões de cultura. O sertanejo goiano do final do século XVIII se reconhece como tal a partir do momento que assume características comuns, reconhecíveis em outros indivíduos, contextualizados num ambiente específico: o sertão. E por este, pensa o mundo e insere-se nele somente enquanto um ser social.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos, e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Neste contexto, a memória pensada dentro de uma coletividade, aglutinadora de indivíduos, passa a ser um dos elementos preponderantes na formação da identidade dos agentes sociais pertencentes a uma região de cultura. Porém, nos deparamos com um questionamento fundamental para a compreensão da identidade do sertanejo: Como pensar o conceito de identidade?

Diante disto, identidade nos apresenta como uma representação lingüística pensada a partir da diferença, a negação daquilo que o indivíduo não toma para si. Ser sertanejo é pensado do ponto de vista de não ser o garimpeiro. É a negação como forma de se reconhecer mediante um grupo que os define e diferenciá-los daquele que por seus hábitos, costumes e signos, os distanciam. Tomaz Tadeu da Silva, sobre essa abordagem, afirma:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir [...] Dizer 'o que somos' significa também

dizer 'o que não somos'. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence sobre quem está incluído e quem está excluído (SILVA, 2000, p. 82).

Para a definição do sertanejo como agente social inserido numa região de cultura é necessário destingi-los dos demais componentes que participam do processo de formação sócio-cultural em Goiás na metade final do século XVIII. Essa distinção é a prerrogativa do ato de classificar, tão necessário para a compreensão da dinâmica social, fim último de nossa pesquisa. Essa classificação e ordenação dos agentes sociais são pensadas a partir de sua estreita relação com a identidade e a diferença. Tomaz T. da Silva afirma: “As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples, agrupamentos simétricos” (SILVA, 2000, p. 82).

É diante desta estrutura social que procuraremos trabalhar o sertanejo como agente social na capitania de Goiás no final do século XVIII, procurando estabelecer parâmetros culturais que o diferencia ainda no século XVIII, dos demais indivíduos partícipes do processo de formação sócio-cultural na capitania. O isolamento e asperezas dos sertões goianos possibilitam o surgimento de regiões de cultura moldando hábitos e costumes perpassados pela memória coletiva de indivíduos que se identificam num contexto social comum.

A baixa na produtividade mineral na capitania a partir da metade final do século XVIII possibilita o surgimento de regiões de cultura, num claro processo de ruralização da população e o surgimento de uma série de novas relações sócio-econômicas que nos sugere um processo de formação sócio-cultural, caracterizando o momento de transição da sociedade mineradora para a sociedade agro-pastoril sertaneja.

São dessas relações que percebemos o surgimento do sertanejo como agente social, protagonista no cenário social e econômico em Goiás. A maneira pela qual este percebe seu espaço e relaciona-se com o tempo, caracteriza sua existência e define como um ser social, inserido num tempo histórico específico. Neste contexto uma série de manifestações culturais, será herdada pelo sertanejo do convívio prolongado entre as diversas etnias que o formam. Perpassados pela memória pensada em sua coletividade, esta gama de manifestações culturais, além de outras específicas nascidas com a sociedade sertaneja, serão responsáveis pela identificação de indivíduos inseridos em um contexto espacial e temporal comum: o sertão.

A compreensão das especificidades das relações sócio culturais, econômicas e políticas na ótica de indivíduos que não as viveram, é extremamente complicado. Porém, esta foi a nossa tentativa na construção deste trabalho. Esta almejada compreensão nos possibilita entender o processo de construção da decadência em Goiás, relatada pelos viajantes europeus do século XIX e perpetuadas pelos posteriores cronistas. Neste sentido, a negamos e vamos além dos aguçados olhares do professor Nasr F. Chaul, ao respondermos a seguinte indagação: Se não houve decadência por não ter havido opulência, então o que tivemos? Segundo a nossa compreensão, podemos afirmar que percebemos a criação de regiões de cultura e a partir destas um processo de formação sócio-cultural na capitania de Goiás durante o século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Ipiranga, 1963.

ANASTÁSIA, Carla Maria J. **A Geografia do Crime**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL, Americano do. **Súmula da História de Goiás**. 3. ed. Goiânia: Unigrafê, 1982.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1999.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Schwarziz, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Huatic, 1997.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorografia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1999.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UFG, 1994.

PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás**. 4. ed. Goiânia: UCG, 2001.

- _____. **Quatro Tempos de Ideologia em Goiás.** Goiânia: Cerne, 1986.
- RUSEN, Jorn. **Razão História.** Brasília: UNB, 2001.
- SANDES, Noé Freire. **Memória e Região.** Brasília: Usha Valesco, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás.** São Paulo: EDUSP, 1975.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: USP, 2002.
- SENA, Custódia Selma. **A categoria Sertão:** Um exercício de imaginação antropológica. Goiânia: UFG, 1998.
- SILVA, Colemar Natal e. **História de Goiás.** 3. ed. Goiânia: Agência Goiana de Cultura, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SUÁREZ, Mireya. **Sertanejo:** Um personagem Mítico. Brasília: UNB, 1998.

ENTREVISTAS

- ALVES, Hélio Jacinto F. Entrevista concedida a Hélio Barbosa Feliciano Alves. Fazenda Nova - GO, 20/08/2008.
- ALVES, Rafael Barbosa F. Entrevista concedida a Hélio Barbosa Feliciano Alves. Fazenda Nova - GO, 14/09/2008.
- AMORIM, José Barbosa de. Entrevista concedida a Hélio Barbosa Feliciano Alves. Fazenda Nova - GO, 25/09/2008.